
Plataformas digitais no jornalismo de resistência: a produção jornalística em rede da Mídia Indígena¹²

Matheus Soares M. CRUZ³

Marina MAGALHÃES⁴

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

Universidade Federal do Amazonas, Parintins, AM

RESUMO

Este artigo aborda o jornalismo como estratégia de resistência nas plataformas digitais, com ênfase na produção de conteúdo jornalístico desenvolvido pela rede Mídia Indígena. Para tal, propõe uma revisão de literatura sobre teorias e conceitos relacionados ao tema – jornalismo cidadão, jornalismo de resistência, plataformas digitais –, combinada a um estudo de caso de caráter descritivo acerca dessa rede. Percebe-se, a partir das análises, que as suas ações exprimem sentidos para além da esfera midiática, mas que a produção de conteúdo jornalístico representa um papel central nas estratégias comunicacionais, que ocupa e colabora com as plataformas em busca de um bem comum: a preservação das florestas e a luta pelos direitos dos povos originários.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo de resistência; plataformas digitais; redes digitais; cidadania digital; Mídia Indígena.

INTRODUÇÃO

Nem só das redações tradicionais vive o jornalismo. De fato, não é de hoje que práticas jornalísticas transcendem a lógica do jornalismo como processo industrial e da notícia como negócio, a exemplo dos já conhecidos jornalisimos *comunitário*, *universitário*, *científico*, *cidadão* etc., que ganharam espaço ao longo do século XX. Porém, é preciso reconhecer as potencialidades inauguradas pela internet e, mais recentemente, pelas plataformas digitais na produção de outros jornalisimos possíveis.

Entre as tendências e alternativas do jornalismo, aqui nos interessa retomar, inicialmente, o conceito de *jornalismo cidadão* ou *jornalismo cívico*, definido como aquele que “pode e deve ter um papel no reforço da cidadania, melhorando o debate

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa – Tecnologias e Culturas Digitais do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

² Este trabalho está sendo submetido também para a chamada temática “Imaginários sociotécnicos e Plataformas Digitais” do GP Tecnologias e Culturas Digitais.

³ Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP) e pesquisador integrante do Centro Internacional de Pesquisa Atopos. E-mail: mthsoares1993@gmail.com.

⁴ Doutora em Ciências da Comunicação (Universidade Nova de Lisboa), professora do Curso de Comunicação Social/Jornalismo da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: marinamagalhaes@msn.com.

público e revendo a vida pública” (TRAQUINA, 2001, p. 172). Sua origem remonta ao final dos anos 1980, nos Estados Unidos, quando o periódico *Columbus Ledger Enquirer*, da Geórgia, decidiu abrir mão do noticiário tradicional – e da pretensa ideia de pautar o debate social (agenda *setting*) – para consultar a comunidade sobre os seus principais problemas, direcionando assim as pautas aos interesses locais.

A partir de experiências como essa, a qual redefiniu os valores do jornalismo ao aproximá-los da comunidade, os fundamentos do jornalismo cívico foram ganhando novas camadas. Entre elas: a) ser uma força de revitalização da vida pública; b) romper com o conceito de objetividade, evitando enquadramentos viciados por parte dos jornalistas; c) trocar a missão de “dar as notícias” por “ajudar a melhorar a vida pública”; d) adaptar as velhas rotinas produtivas; e) conceber o público como cidadão (e não como mero consumidor); e f) o jornalista deixar de ser um observador desprendido para se posicionar como um ator político (PENA, 2018).

Ainda assim, apesar da popularização do conceito e de uma abertura cada vez maior à participação do público na rotina produtiva – enquanto colaborador ou coprodutor, por meio do envio de sugestões de pauta e de conteúdos (vídeos, textos, áudios, fotos etc.) via redes sociais digitais⁵ –, a ideia de jornalismo cidadão ainda se concentra na mediação da figura do jornalista e nas entranhas das redações.

De um outro modo, o chamado *jornalismo de resistência* também se origina na esteira da crise da profissão de jornalista e da falta de confiança da população na mídia tradicional. Porém, toma fôlego fora dos muros dos grandes conglomerados midiáticos, em projetos independentes e alternativos guiados pela ideia de que “informar também é participar”. Logo, pode ser entendido como aquele que faz da atividade um exercício de solidariedade e ativismo, ao aplicar na prática preceitos ligados à função social jornalística e resistir à concepção mercadológica (PENA, 2018).

Essa perspectiva nos serve para pensar as práticas jornalísticas desenvolvidas por movimentos ou redes que confrontam o jornalismo hegemônico⁶. Em interação com as tecnologias digitais de informação e comunicação, tais redes constroem as suas próprias

⁵ Também chamado *open source journalism*, jornalismo de fonte aberta, jornalismo participativo (TARGINO, 2009).

⁶ O jornalismo que dissemina a visão de mundo dos blocos hegemônicos, que contribui para a fundamentação dos poderes instituídos, por meio de discursos pouco contextualizados que podem gerar efeitos políticos através da espetacularização (MORAES, 2009).

narrativas, dispensando mediadores. Principalmente em tempos de plataformas digitais, que possibilitam um alcance global, sem precedentes, desses discursos.

É o caso, por exemplo, da Mídia Indígena⁷, rede de comunicadores indígenas criada em 2015 no estado do Maranhão. Esse coletivo faz do jornalismo uma arma de resistência em colaboração com as plataformas digitais, entre outros não humanos que compõem seus ecossistemas. Diante disso, abordamos aqui o jornalismo como estratégia de resistência com ênfase na produção de conteúdo jornalístico desenvolvida por uma rede ativista, indígena, do Nordeste do Brasil.

Para isso, nos amparamos metodologicamente em uma revisão de literatura que abrange teorias do jornalismo e das redes sociais digitais, combinada a um estudo de caso (YIN, 2002; CRESWELL, 2007) sobre o perfil do Instagram do projeto⁸, rede social atualizada com mais frequência pelo coletivo, com o objetivo de entender como a Mídia Indígena atua nessa plataforma digital e como os conteúdos postados por lá podem servir não só para promoção da cultura indígena, mas também como uma forma de resistência das diversas comunidades espalhadas pelo Brasil.

O período da coleta e análise de dados do perfil se deu do dia 11 a 14 de julho de 2022, quando observamos as postagens realizadas, identificando os tipos de conteúdos audiovisuais publicados, bem como as legendas que os acompanham. Também utilizamos matérias jornalísticas, como reportagens e entrevistas realizadas com os integrantes do coletivo, para a descrição do projeto escolhido.

Este artigo compartilha resultados parciais da pesquisa teórica Cidadania Digital, projeto desenvolvido na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), em parceria com o Centro Internacional de Pesquisa Atopos, financiado com recursos do Governo do Estado do Amazonas, por meio do Edital N. 005/2022 (Programa Humanitas) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

PLATAFORMAS, MÍDIA INDÍGENA E RESISTÊNCIA

⁷ O projeto era anteriormente chamado de “Mídia Índia”. O nome foi atualizado no dia 19 de abril de 2023, quando foi divulgada a nova identidade do coletivo, que passou a se chamar “Mídia Indígena. “A partir de hoje, passaremos a utilizar o nome MÍDIA INDÍGENA. Sabemos que terminologias pejorativas ainda nos afetam, mas acreditamos na resignificação e na desconstrução para construir uma nova realidade para nossos povos”, afirmaram na postagem oficial disponível no link: <https://www.instagram.com/p/CrNtOGxuAeK/>. Acesso em: 13 ago. 2023.

⁸ O perfil do coletivo no Instagram pode ser acessado pelo link: <https://www.instagram.com/midiaindigenaoficial/>. Acesso em: 13 ago. 2023.

O complexo avanço das plataformas digitais na vida cotidiana tem como base tecnologias que permitem o compartilhamento de dados e processos entre inteligências humanas (pessoas) e não humanas (tecnologias de rede; bancos de dados de instituições, empresas e governos; algoritmos; dispositivos de conectividade etc.). Tais plataformas conectam dimensões como mercado (produtores, vendedores e consumidores), cultura e economia por todo o globo, e podem ser definidas a partir de diversas perspectivas disciplinares (FERREIRA, 2021).

Podemos pensar as plataformas digitais como, ao mesmo tempo, produtos e vetores de um processo de *plataformização* da nossa sociedade. Esse devir digital atravessa os mais diversos campos das estruturas sociais: do transporte à saúde, da educação ao jornalismo, apenas para destacar alguns deles.

(...) as infraestruturas de plataforma são integradas a um número crescente de dispositivos, desde smartphones e smartwatches até eletrodomésticos e carros autônomos. Essa infinidade de extensões das plataformas permite que os empresários transformem praticamente todas as instâncias de interação humana em dados: ranqueamento, pagamento, pesquisa, assistir conteúdos, dirigir, caminhar, conversas, amizades, namoro etc. (POELL; NIEBORG; VAN DIJCK, 2020, p. 6).

Incluem-se no rol das plataformas digitais as redes sociais, aplicativos, serviços de *streaming*, plataformas de compartilhamento e/ou consumo de conteúdo audiovisual. Bruno, Bentes e Faltay (2019) abordam o tema com ênfase na *economia psíquica dos algoritmos*, que prevê e induz comportamentos - do consumo ao voto - a partir do uso dos nossos dados pessoais digitais dentro de um capitalismo de dados cada vez mais feroz. Este sistema tem como base a extração de valor e a mercantilização de dados digitais nas redes, perpassando as suas dimensões sociais, econômicas e políticas.

Mas há outras perspectivas acerca das plataformas e das “arquiteturas de decisões”⁹ que preferem abordar as interações em rede do ponto de vista colaborativo e das novas formas de participação. Ferreira (2021) observa as plataformas digitais com o olhar voltado para a participação política, focalizando o design enquanto ecologia comunicativa responsável pela formação de ecossistemas de participação.

[...] as plataformas digitais tornam-se arquiteturas onipresentes e percucientes que alteram as estruturas tradicionais de organização social e, com o desenvolvimento da computação de escala planetária

⁹ Bruno, Bentes e Faltay (2019) fazem referência à organização específica do contexto no qual as decisões são tomadas para influenciar a ação das pessoas em certa direção, por meio de técnicas que envolvem criação da interface, design de *softwares*, recursos técnicos das plataformas e sistemas de recomendação.

expandem a comunicação para além da fronteira do humano, conectando por meio da linguagem comum dos bits toda a biogeoquímica da biosfera terrestre (FERREIRA, 2021, s.p.).

Sendo assim, pode-se afirmar que a estrutura rígida e linear do pensamento industrial – que historicamente também envolveu a comunicação e, em particular, o jornalismo – vem cedendo espaço para “a flexível e distribuída coletividade das plataformas digitais, que fomentam a criação e a troca de valores através da interação entre tecnologia, pessoas, organizações e recursos, estabelecendo ecossistemas interativos (PARKER, ALSTYNE; CHOUDARY, 2016)” (FERREIRA, 2021, p. 91).

Em meio à profusão de plataformas, focalizamos aqui o seu imbricamento no campo da comunicação, transformado por uma economia da informação e por usuários que também são produtores de conteúdo. Mudança que se acentuou com o surgimento da web 2.0, que trouxe aos usuários a conexão móvel e a difusão das redes sociais (DI FELICE, 2017), fazendo da web um local para o desenvolvimento de páginas pessoais ou canais de indivíduos, instituições e coletivos em plataformas hiperconectadas.

Mais do que resultados complexos da convergência de protocolos e sistemas tecnológicos, redes como YouTube, Twitter, Facebook, Instagram, possibilitaram, no início deste século, a expressão de novas formas de colaboração e resistência por meio de uma tomada coletiva da palavra de alcance global. Como exemplo, podemos citar os movimentos Primavera Árabe (Norte da África e Oriente Médio), Movimento 15-M (Espanha), Occupy Wall Street (Estados Unidos) e Jornadas de Junho de 2013 (Brasil).

Tais movimentos, que eclodiram em pontos distintos do mapa mundi na última década, nos servem para ilustrar “como as antigas formas de organização social criadas com a finalidade de reivindicar questões de interesse comum ganharam imediatismo e alcance global com o advento das redes sociais digitais, transformando a própria ideia de agir colaborativo” (MAGALHÃES, 2018, p. 27).

Em paralelo a essa tomada coletiva da palavra por movimentos e usuários e novas formas de organização social, é importante reconhecer também os desafios trazidos pelas plataformas, no que tange, por exemplo, a expansão da desordem informacional (WARDLE; DERAKSHAN, 2017) e a profusão de discursos de ódio (FISHER, 2023), impulsionados pelos modelos de negócios das empresas que gerenciam essas tecnologias.

Esses problemas, juntamente com a crescente ameaça à autonomia dos usuários em decorrência das alianças mercadológicas das grandes plataformas e da gestão econômica dos algoritmos, vêm despertando uma preocupação crescente em busca de uma educação para a cidadania digital, ainda mais em recentes tempos pandêmicos (Covid-19). Apesar desses efeitos, tais movimentos e ações colaborativas em rede continuam a merecer a nossa atenção, a exemplo da comunicação dos povos indígenas, entre outras populações em situação de vulnerabilidade social, que vêm demonstrando um habitar consciente na internet, uma ocupação orgânica das redes e plataformas digitais.

Ariane (Susui) Lima (2022), da etnia Wapichana, afirma que a comunicação indígena se difere de outras comunicações que a grande mídia oferece, aproximando-se das formas alternativas de comunicação, comunitária e cidadã, baseada numa construção coletiva e horizontal que vem ganhando espaço em colaboração com as plataformas digitais. Como exemplo, iniciativas como a Rede Wakywai, de comunicadores indígenas de Roraima, caracterizam-se como frentes de ativismo indígena por meio da articulação de conteúdos para a defesa dos direitos de seus povos, através de uma comunicação que busca demarcar também as telas digitais. Em suma, “uma forma de comunicação comunitária que assegura a participação dos iguais, que preza pela ampliação da cidadania dos povos indígenas, mas que necessita também ser pensada enquanto tecnologia e presença no ciberespaço” (LIMA, 2022, p. 72).

Nesse processo em busca de visibilidade e de formas próprias de narrativas, povos indígenas de diferentes etnias vêm se inserindo no meio tecnológico por meio do registro de suas culturas, da construção de vínculos comunitários, seja pelo ato de filmar, fotografar ou escrever (ALMEIDA; BRITO, 2017). Por meio do acesso à internet e a plataformas digitais gratuitas - ou de baixo custo - e alcance global, podem, assim, “revolucionar a utilização dessas ferramentas de comunicação como um importante elemento favorável à conquista de melhores condições de vida nas comunidades” (LIMA, 2022, p.72-73). Como veremos no tópico a seguir, sobre as conexões como armas de resistência das etnias, de preservação das suas culturas, dos territórios e do planeta.

POVOS INDÍGENAS E RESISTÊNCIA EM REDES DIGITAIS: O CASO MÍDIA INDÍGENA

Estima-se que no Brasil vivem hoje cerca de 900 mil pessoas pertencentes a 305 povos indígenas (quase metade na Amazônia), que falam 274 idiomas (IBGE, 2012)¹⁰. Tais povos residem em territórios disputados pelo que a visão ocidental do mundo trata como “recursos naturais”, como uma natureza à parte da sociedade, na condição de sua matéria-prima. Com o histórico de etnocídio desde os tempos coloniais, urge “mostrar a vivacidade das florestas em suas formas de resistência, de lutas pela sobrevivência e contra a colonialidade do poder, do saber e do Ser” (PERUZZO, 2022, p.7).

Desde a chegada dos primeiros europeus ao Brasil, no século XVI, os povos indígenas vêm desenvolvendo táticas de resistência à colonização e ao domínio de outros povos. A exemplo do uso de meios passivos, como a migração para o interior, ou de meios violentos para preservar a autonomia das tribos – quando não cediam à submissão, assumindo a condição de escravos ou aliados (FERNANDES, 1976).

No texto “Organizações indígenas e redes comunicacionais no Brasil: luta e resistência”, Milhomens (2022) faz uma síntese desse processo, destacando os conflitos ambientais que se acirraram nos últimos anos, a atuação dos regimes militares, os efeitos do neoliberalismo e a incompreensão das questões indígenas pelos movimentos sociais tradicionais. Apesar de tais questões terem ecoado nos espaços oficiais, incluindo os canais políticos tradicionais e os dispositivos jurídicos,

a pauta das organizações indígenas foi amplificada pelas novas ferramentas comunicacionais advindas da internet, mobilizando sujeitos políticos em todo mundo e articulando parcerias que se materializavam em outras lutas, fazendo com que novas formas de mobilização fossem utilizadas, promovendo [...] uma política de constrangimento às autoridades constituídas (MILHOMENS, 2022, p. 22-23).

Desde o movimento mexicano neozapatista, apontado como uma das primeiras formas de experimentação de conflitualidade mediadas pelo digital (DI FELICE, 2017), ainda nos anos 1990 (período inicial de expansão da internet), percebemos em diversos países a profusão de movimentos de resistência indígena digitalmente conectados.

¹⁰ Ano do último censo demográfico realizado no Brasil até julho de 2022.

No Brasil, a questão tem sido tema do trabalho de diversos autores, seja a partir de perspectivas mais abrangentes em torno da presença indígena brasileira nas redes (PEREIRA, 2012); seja em perspectivas mais específicas, como a relação entre as redes xamânicas e as redes digitais (MOREIRA, 2014); as formas comunicativas de habitar e narrar o mundo dos Krahô nas redes digitais (FRANCO, 2019); ou a visibilidade e articulação do movimento LGBT indígena no Instagram (SILVA, 2022). A fim de colaborar com este inventário de contribuições, a partir da perspectiva da Comunicação e, em especial, do Jornalismo, lançamos o nosso olhar para o caso Mídia Indígena.

A Mídia Indígena é um projeto jornalístico multimídia desenvolvido por Erisvan Bone junto com jovens indígenas do Povo Guajajara que habitam o Acampamento Terra Livre, localizado no estado do Maranhão. Segundo reportagem publicada em outubro de 2017, no site Mídia Ninja¹¹, o projeto foi criado em abril daquele ano a fim de promover uma comunicação para os povos indígenas produzida pelos próprios indígenas. Nas palavras de Bone, jornalista formado pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e integrante do Povo Guajajara, a Mídia Indígena nasceu para "mostrar nossa cultura sem precisar que o branco fale por nós" (BONE, 2017), acreditando que "é hora dos povos originários 'demarcar as telas' ocupando os espaços da mídia e levando a voz dos povos originários para o mundo" (BONE, 2020).

Para atingir esse propósito, ainda conforme a reportagem da Mídia Ninja, foram realizadas diversas oficinas de texto, fotografia e vídeo com os jovens da comunidade, buscando a emancipação da juventude indígena do acampamento e qualificando-a para registrar e comunicar suas próprias realidades e reivindicações. Para isso, contaram com o apoio de outro projeto chamado Coisa de Índio¹² que oferece formação em comunicação audiovisual para jovens indígenas.

Criado inicialmente como página do Facebook, somando hoje mais de 74 mil seguidores, a Mídia Indígena possui perfis em mais três plataformas de redes sociais: YouTube, Twitter e Instagram com 2,25 mil, 14,6 mil e 194 mil seguidores respectivamente¹³. Dessas, apenas o Twitter e YouTube não são atualizados com

¹¹ Reportagem disponível no link: <https://midianinja.org/news/midia-india-o-futuro-e-atraves-da-comunicacao/>. Acesso em: 12 jul. 2023.

¹² Até o dia 13 de agosto de 2023, o site do projeto "Coisa de Índio" (<https://www.coisadeindio.com.br>) encontrava-se indisponível.

¹³ Os números de seguidores nas quatro plataformas digitais de redes sociais foram medidos no dia 13 de agosto de 2023..

frequência. É, então, no Instagram que o coletivo se faz não só mais presente. Por dia, por exemplo, o perfil na plataforma multimídia compartilha uma média de quatro a cinco publicações inéditas em diversos formatos: fotos, flyers e vídeos.

Em outra entrevista concedida ao portal Amazônia Real¹⁴, publicada no dia 4 de dezembro de 2020, Erisvan Bone forneceu mais informações sobre a criação da Mídia Indígena e como a iniciativa funciona. Naquele momento, ele afirmou que o projeto era coordenado por 10 pessoas (sendo 8 homens e 2 mulheres) e possuía uma rede descentralizada de mais de 100 colaboradores indígenas que trabalhavam captando informações e notícias para serem compartilhadas nos perfis do coletivo. Além disso, o criador também descreve o que acredita ser o projeto, evidenciando a lógica colaborativa que permeia as ações jornalísticas:

A Mídia Índia é projeto de uma rede de comunicação descentralizada que produz e difunde conteúdos e pautas inerentes à questão indígena no Brasil, respeitando as especificidades de cada povo, a partir da lógica colaborativa de compartilhamento e de comunicação, conectando e empoderando os jovens indígenas de todo o país. Possibilita a troca de tecnologias, experiências e principalmente a representatividade indígena nos meios de comunicação com a difusão de suas lutas e como mais uma ferramenta de exigência de direitos (BONE, 2020).

Mas não apenas os colaboradores da rede possuem a função de achar notícias e informações. Bone comenta que o coletivo também recebe denúncias, comunicados e materiais audiovisuais dos próprios seguidores espalhados por diversas comunidades e territórios. Isso é comprovado na análise de publicações em que o perfil da Mídia Indígena é marcado no Instagram. De acordo com o criador do projeto, as pessoas enviam ao coletivo principalmente informações sobre ataques sofridos por comunidades indígenas, como a invasão de território por madeireiros e garimpeiros. Além disso, convites para a realização de cobertura midiática de festas, celebrações culturais e assembleias também são realizados pelos seguidores dos perfis do coletivo.

A Mídia Indígena conta com a colaboração de outras redes alternativas que encontram na comunicação por meio das redes digitais um elemento estratégico de luta e de reivindicação de direitos, como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil

¹⁴ Entrevista disponível no site:
<https://amazoniareal.com.br/midia-india-e-reconhecida-com-o-premio-joan-alsina-de-direitos-humanos-da-espanha/>.
Acesso em: 12 jul. 2022.

(APIB), a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e a Mídia Ninja.

Em dezembro de 2020, durante a pandemia de Covid-19, o projeto jornalístico venceu a XIX edição do Prêmio Joan Alsina de Direitos Humanos, oferecido pela Fundação Casa América Catalunya, na Espanha. Na ocasião, o júri do prêmio evidenciou:

valiosa contribuição à divulgação e ao conhecimento da realidade dos povos indígenas da Amazônia brasileira em um momento em que se vê sua sobrevivência gravemente ameaçada por uma combinação de adversidades, incluindo a pandemia de Covid-19, mudanças climáticas e agressões ambientais na forma de incêndios, destruição de florestas e a exploração frequentemente violenta e descontrolada de seus recursos naturais. Tudo isso em um cenário de grave retrocesso nas políticas de proteção aos direitos dessas comunidades¹⁵.

Com isso, conseguimos compreender que o projeto está sendo reconhecido não só pela produção ativa de comunicação, mas também pela representatividade política, social e ambiental.

A MÍDIA INDÍGENA OCUPA O INSTAGRAM

Com mais de 194 mil seguidores e mais de 9,8 mil postagens¹⁶, o perfil da Mídia Indígena no Instagram (@midiaindigenaoficial¹⁷) é o mais profícuo entre aqueles das quatro plataformas de redes sociais em que o projeto está presente. Diariamente é atualizado com publicações de fotos e vídeos com conteúdos diversos e heterogêneos, como comunicados de assembleias e eventos culturais (além da cobertura desses eventos), conteúdos educativos sobre os saberes e as culturas ameríndias, bem como denúncias de invasão de terras e outras violências sofridas pelos povos originários.

Apesar de iniciar no estado do Maranhão, o coletivo acabou crescendo, descentralizando-se e atingindo outros estados do país. A maior prova disso são as postagens em diversas regiões e territórios que permeiam o perfil no Instagram, mas

¹⁵ Trecho retirado do site:
<https://amazoniareal.com.br/midia-india-e-reconhecida-com-o-premio-joan-alsina-de-direitos-humanos-da-espanha/>.
Acesso em: 12 jul. 2023.

¹⁶ Números contabilizados até o dia 13 de agosto de 2023..

¹⁷ O perfil do Mídia Indígena está disponível pelo link:<https://www.instagram.com/midiaindigenaoficial>. Último acesso: 13 ago. 2023.

também no YouTube, evidenciando um caráter abrangente que o projeto conseguiu formar desde a sua criação.

Entre os dias 11 e 14 de julho de 2022, período de análise deste trabalho, o perfil recebeu uma série de postagens diversas. No dia 13 de julho, por exemplo, foi publicado um flyer anunciando a XIII Assembleia Geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab). Na legenda da foto, além de chamarem atenção para a importância dos cuidados de saúde contra o coronavírus, como a necessidade de estar com o comprovante vacinal atualizado, os comunicadores também convidam a comunidade a participar do evento.

Levem seu urucum e jenipapo, nossa resistência vem da força de nossos ancestrais, saudando nossos parentes que contribuíram e contribuem na luta do movimento indígena da Amazônia. Homenagearemos, os que partiram de forma precoce devido a negligência do estado e firmaremos cada vez mais o papel de responsabilidade com nossa maior organização indígena¹⁸.

Ainda no mesmo dia, o perfil postou a notícia da decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) que determinou ao Estado Brasileiro garantir a integridade pessoal, a saúde e o acesso à água potável e à alimentação aos povos Yanomami, Ye'kwana e Munduruku¹⁹. E logo em seguida, anunciou a oportunidade de trabalho como consultor em saúde indígena ofertada pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) da Organização Mundial da Saúde (OMS)²⁰.

Também no dia 13 de julho deste ano foi disponibilizado um episódio²¹ do quadro fixo "Saberes e sabores dos povos indígenas", desenvolvido em parceria com o influenciador digital Tukumã Pataxó²². Em formato de vídeo, o quadro busca evidenciar curiosidades e informações sobre a alimentação dos povos originários, bem como promover a cultura e as tradições indígenas. Na última postagem, o tema desenvolvido foi sobre a planta Imbira, nativa da Mata Atlântica, utilizada na medicina de diversas comunidades indígenas do país. Em menos de 24 horas, o vídeo já atingia mais de 10 mil visualizações.

¹⁸ Trecho retirado da postagem disponível no link: <https://www.instagram.com/p/Cf6ugvIu1ku/>. Acesso em: 14 jul. 2022.

¹⁹ Link da postagem: <https://www.instagram.com/p/Cf7cO9lPn3F/>. Acesso em: 14 jul. 2022.

²⁰ Link da postagem: <https://www.instagram.com/p/Cf9ISnaOhwf/>. Acesso em: 14 jul. 2022.

²¹ Os episódios do quadro "Saberes e sabores dos povos indígenas" não são numerados.

²² O perfil do Instagram de Tukumã Pataxó pode ser acessado pelo link: https://www.instagram.com/tukuma_pataxo/. Acesso em: 14 jul. 2023.

Três dias antes, em 11 de julho, porém, as chamadas de eventos e o tom mais leve do quadro de cultura, que são postados com frequência, deram espaço à denúncia de violência e repressão contra os povos originários brasileiros. Nesse dia, três vídeos foram publicados expondo a ação policial e judicial de uma tentativa de "reintegração de posse" na comunidade Cunhambebe Pindorama no estado do Rio de Janeiro²³.

No primeiro vídeo publicado, gravado por uma indígena moradora do território, podemos ver dezenas de policiais em linha dentre as árvores do local. "Todos armados... mais de 10 viaturas lá fora... um caminhão para poder tirar a gente daqui", diz a voz da pessoa que grava o vídeo. Já no segundo e terceiro vídeos, também gravados pelos próprios moradores, são expostas as violências policiais com alguns integrantes da comunidade. Em determinado momento, um homem é segurado por policiais e pergunta: "vão me levar pra onde?". Mais moradores chegam perto para tentar impedir a prisão, enquanto se ouvem gritos de "olha a violência!" e pedidos para filmarem o que está acontecendo.

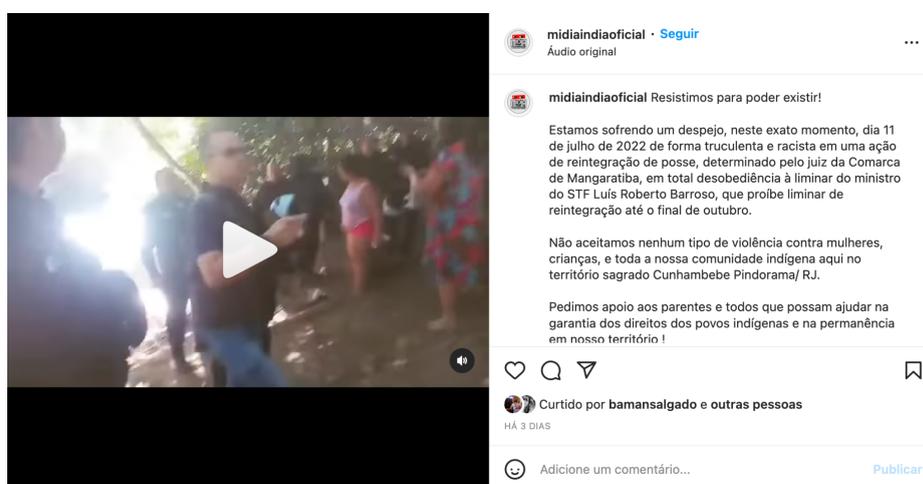


Imagem 01 - Print da postagem do dia 11 de julho de 2022 com vídeo de denúncia da violência policial sofrida pelos moradores da comunidade Cunhambebe Pindorama no estado do Rio de Janeiro

Fonte: Instagram

Nos comentários das três postagens de denúncia, é possível ver a consternação dos seguidores com as cenas mostradas nos vídeos. Palavras de revolta e de espanto

²³ Mais informações sobre a ação judicial de "reintegração de posse" podem ser lidas pelo link: <https://www.band.uol.com.br/bandnews-fm/rio-de-janeiro/noticias/acao-de-reintegracao-de-posse-em-mangaratiba-termina-em-confusao-16522345>. Acesso em: 14 jul. 2022.

com a violência assistida tomam conta do espaço destinado à interação verbal com o público da página.

Considerações finais

Perante o cenário atual de descaso público com a conservação do meio ambiente e de violência sofrida pelos ameríndios brasileiros, a Mídia Indígena surge ocupando as plataformas de redes sociais para promover a cultura ameríndia e a defesa dos direitos dos povos originários brasileiros. Tudo isso por meio não só da tomada da palavra, mas também da lógica descentralizada de comunicação e de ação que se reflete numa produção de conteúdo diversa e heterogênea, fruto dessa rede construída pela colaboração entre os povos indígenas e as tecnologias.

Prova dessa diversidade é a presença de diferentes etnias, comunidades e territórios na produção do conteúdo. Num mesmo dia, é possível ver informações sobre comunidades do Amapá e, em seguida, sobre comunidades do Rio de Janeiro e Maranhão. Além disso, também se tem uma quantidade de conteúdo diverso como notícias; convites para eventos, assembleias e celebrações; postagens educativas com o intuito de promover os saberes e culturas dos diferentes povos e denúncias sobre violências sofridas.

Em conjunto com celulares smartphones, conexão de internet móvel e as plataformas de redes sociais (com seus códigos, algoritmos e dados), os povos indígenas conseguem se comunicar, sem a presença e a necessidade da imprensa e dos meios de comunicação hegemônicos, e atingir outras comunidades de regiões diferentes, bem como pessoas espalhadas por todo o mundo que reconhecem a importância e o valor da luta dessas populações.

Sendo assim, a Mídia Indígena se configura, com suas ações em rede prezando pela colaboração humana e não humana, como uma experiência de jornalismo de resistência que participa informando e que ocupa e colabora com as plataformas em busca de um bem comum: a preservação das florestas e da luta pelos direitos dos povos originários.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. C.; BRITO, A. I. A. **Comunicação e Memória**: Os povos indígenas como protagonistas da história. Vida Pastoral. São Paulo, março/abril, 2017.

BONE, E. Mídia Índia: o futuro é através da comunicação. **Mídia Ninja**. Online, outubro, 2017. Disponível em: <https://midianinja.org/news/midia-india-o-futuro-e-atraves-da-comunicacao/>. Acesso em: 12 jul. 2023.

BONE, E. Mídia Índia é reconhecida com o Prêmio Joan Alsina de Direitos Humanos da Espanha. [Entrevista concedida a] Kátia Brasil. **Amazônia Real**. Online, dezembro, 2020. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/midia-india-e-reconhecida-com-o-premio-joan-alsina-de-direitos-humanos-da-espanha/>. Acesso em: 12 jul. 2023.

BRUNO, F. G.; BENTES, A. C. F.; FALTAY, P. Economia psíquica dos algoritmos e laboratório de plataforma: mercado, ciência e modulação do comportamento. **Revista FAMECOS**, v. 26, n. 3, p. e33095, 27 dez. 2019.

CREWSELL, John. **Qualitative inquiry & research design**: choosing among five approaches. United States of America: Sage Publications, 2007.

DI FELICE, M. **Net-ativismo**: da ação social para o ato conectivo. São Paulo: Paulus Editora, 2017.

FERNANDES, F. Antecedentes Indígenas: organização social das tribos Tupis. In: BUARQUE DE HOLANDA, S. (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**: a época colonial. Vol. 1. São Paulo: Difel, 1976.

FERREIRA, B. M. **Design de plataformas digitais**: o papel da forma nas arquiteturas de participação em rede. 2021. Dissertação (Mestrado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

FISHER, Max. **A máquina do caos**: como as redes sociais reprogramaram nossa mente e nosso mundo. São Paulo: Todavia, 2023.

FRANCO, T. C. **Ameríndios Conectados**: As formas comunicativas de habitar e narrar o mundo, de acordo com as imagens dos modernos e dos Krahô. 2019. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. doi: 10.11606/T.27.2019.tde-12062019-102532. Acesso em: 08 jul. 2023.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Características gerais dos indígenas. Resultados do Universo. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE, 2012. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/95/cd_2010_indigenas_universo.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2023.

LIMA, A. S. S. **Comunicação indígena em Roraima e a criação de novas territorialidades digitais**: Rede Wakyway, resistências e saberes amazônicos. 2022. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2022. Disponível em: <<https://antigo.ufr.br/ppgcom/phocadownload/Documentos/Dissertao%20-%20Ariene%20Susui%20dos%20Santos%20Lima.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2023.

MAGALHÃES, M. **Net-ativismo**: protestos e subversões nas redes sociais digitais. Lisboa: Coleção ICNOVA, 2018.

MILHOMENS, L. Organizações indígenas e redes comunicacionais no Brasil: luta e resistência. In: MILHOMENS, L. (org). **Comunicação, questão indígena e movimentos sociais**: reflexões necessárias. Embu das Artes, SP: Alexa Cultural; Manaus, AM: EDUA, 2022, p. 17-37.

MORAES, D. **A batalha da mídia**: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009.

MOREIRA, F. C. **Redes xamânicas e redes digitais**: por uma concepção ecológica de comunicação. 2014. Dissertação (Mestrado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. doi: 10.11606/D.27.2014.tde-27022015-145359. Acesso em: 09 jul. 2022.

PARKER, G.; VAN ALSTYNE, M.; CHOUDARY, S. **Plataform Revolution**. New York: W. W. Norton & Company, 2016.

PENA, F. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

PEREIRA, E. S. **Ciborgues indígen@s.br**: a presença nativa no ciberespaço. São Paulo, Annablume, 2012.

PERUZZO, C. M. K. Prefácio. In: MILHOMENS, L. (org). **Comunicação, questão indígena e movimentos sociais**: reflexões necessárias. Embu das Artes, SP: Alexa Cultural; Manaus, AM: EDUA, 2022, p. 6-9.

POELL, T., NIEBORG, D.; VAN DIJCK, J. Plataformização. **Fronteiras** – estudos midiáticos. V. 22, n. 1, jan./abr. 2020, p. 2-10. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2020.221.01/60747734>>. Acesso em: 7 jul. 2022.

SILVA, M. R. Movimento LGBT indígena no Instagram: net-ativismo, visibilidade e articulação. In: MILHOMENS, L. (org). **Comunicação, questão indígena e movimentos sociais**: reflexões necessárias. Embu das Artes, SP: Alexa Cultural; Manaus, AM: EDUA, 2022, p. 153-167.

TARGINO, M. G. **Jornalismo cidadão**: informa ou deforma? Brasília: Unesco/ IBICT, 2009.

TRAQUINA, N. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

WARDLE, C.; DERAQSHAN, H. **Information Disorder**. Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking. Europe: Council of Europe, 2017. Disponível em: <https://shorensteincenter.org/information-disorder-framework-for-research-andpolicymaking/>. Acesso em: 9 jul. 2022.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2002.